

Choque pode acontecer

A política pode atropelar os planos do ministro, mas a escalada inflacionária, fonte do desconforto das legendas governistas, não tem a mesma capacidade, para o ex-diretor-técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Francisco de Assis Moura de Melo. Ele aposta na manutenção do padrão observado até agora, de aceleração progressiva da taxa inflacionária, e não acredita que o limite dos 40 por cento signifique um patamar obrigatório para um choque.

Na mesma linha de argumentação, Silveira lembra que os planos econômicos, à base de congelamentos ou confiscos, foram adotados, a cada vez, face a índices sempre crescentes de inflação. "Para detonar o Plano Cruzado, bastou uma taxa de 16 por cento. O Plano Collor I, o penúltimo, precisou de mais de 80 por cento de inflação mensal. Os limites são móveis e dependem mais de fatores políticos do que de um suposto limiar técnico de desconforto ou de impossibilidade de convivência pelas empresas ou os demais agentes econômicos", pondera.

O patamar crescente da inflação e a generalização, em consequência, dos mecanismos de reajuste automático, tornam muito pouco provável a repetição do êxito parcial alcançado pela equipe de Marcílio Marques Moreira, que trouxe a inflação de 26 por cento para 18 por



cento mensais, apenas com instrumentos ortodoxos, antes de ser atropelada pela crise política. Essa aposta na ortodoxia, enfatizada em especial por Gustavo Franco, é posta em dúvida pelos três economistas.

Mesmo o mais otimista dos três, Francisco de Assis Moura de Melo, argumenta que a indexação tende a criar um colchão, a partir do qual se torna difícil a queda da taxa, mesmo diante de um fenômeno episódico que a favoreça. "A entressafra agrícola, por exemplo, contribui para a alta com muito mais força do que a safra é capaz de forçar uma redução no ritmo de evolução dos preços", argumenta.

Erros — Mesmo a já criticada ênfase nos instrumentos ortodoxos — controle da moeda, ajuste do Orçamento, juros altos — é posta em dúvida pelo crítico mais agudo entre os três, José Márcio Camargo. Ele aponta o que considera erros sérios da equipe tucana no trato desses fundamentos, até por questões políticas. O primeiro foi assinar um protocolo sobre a dívida dos

estados sem contar com uma garantia de um percentual de receita tributária dessas unidades da Federação, que ficam autorizadas a novos endividamentos. "O problema não é tanto quanto, e se, a União vai receber, e quando poderá executar a dívida, mas a perda do principal instrumento de pressão do Governo Federal sobre os estaduais, que era a proibição de novas dívidas, para o qual a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) é insuficiente", adverte.

Outro erro foi apostar na revisão constitucional como forma de se promover um ajuste fiscal mais consistente. "A prioridade deveria ter sido conferida a um acordo ponto a ponto com as principais lideranças, para garantir uma reforma tributária e alguns avanços na redistribuição de encargos. A abertura do processo de revisão favorecerá as atitudes de palanque, ou alguém em sã consciência acha que Inocêncio de Oliveira e seus pares estão preocupados, em sua maioria, com o ajuste fiscal?", questiona.